



**TRABALHA
DOR E DE
APOIO
EDUCATIVO**



**PELA VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
DE APOIO EDUCATIVO!**



Comentários ao Projeto de Recomendação sobre Outros Profissionais da Educação (OPE) com base nas posições defendidas pela Federação Nacional da Educação - FNE

Como nota prévia ao presente contributo, importa referir que os trabalhadores identificados no parecer como “Outros Profissionais da Educação (OPE)” continuam, em muitos contextos legais e administrativos, a ser designados como “Trabalhadores Não Docentes”.

A Federação Nacional da Educação considera, contudo, que esta designação é redutora e desvalorizadora, por definir estes profissionais pela negativa, não reconhecendo a especificidade, a dignidade e a relevância educativa das funções que desempenham diariamente nas escolas. Neste sentido, a própria Internacional da Educação tem vindo a adotar a designação “Pessoal de Apoio Educativo (PAE)”, reconhecendo o papel essencial destes trabalhadores na promoção da inclusão, do bem-estar, da segurança, do funcionamento das escolas e do sucesso educativo dos alunos.

Em coerência com esta perspetiva internacional e com a valorização que defende para estes profissionais, a FNE adota a designação “Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE)”, por considerar que esta terminologia traduz de forma mais justa, dignificante e adequada a natureza das suas funções e o seu contributo indispensável para a Escola Pública e para a comunidade educativa.

1. Reforçar a valorização efetiva dos Assistentes Operacionais e Técnicos

O documento identifica corretamente a crescente complexidade das funções desempenhadas pelos AO e AT, mas importa reforçar, de forma mais assertiva, a necessidade de revisão urgente das carreiras, valorização remuneratória e melhoria das condições de trabalho. A FNE tem defendido que não basta reconhecer o papel educativo destes profissionais: é indispensável garantir carreiras atrativas, progressão justa e condições que permitam fixar trabalhadores qualificados nas escolas.

2. Defesa de vínculos estáveis e combate à precariedade

A Recomendação deve assumir de forma mais clara a necessidade de integração nos quadros dos técnicos especializados que respondem a necessidades permanentes das escolas. A FNE considera que a sucessiva contratação precária de psicólogos, terapeutas, mediadores, animadores e outros técnicos compromete a continuidade pedagógica, a estabilidade das equipas e a qualidade das respostas educativas.

3. Reforço da autonomia das escolas no recrutamento

Embora o documento refira a participação da gestão escolar na definição dos perfis funcionais, importa explicitar que as escolas devem ter maior capacidade de intervenção no recrutamento e gestão dos OPE, particularmente dos AO e AT. A excessiva centralização nas autarquias tem gerado desigualdades territoriais, atrasos na substituição de profissionais e dificuldades de adequação dos recursos às necessidades reais das escolas.





9. Clarificação das responsabilidades entre Estado, autarquias e escolas

A FNE considera fundamental que a Recomendação alerte para os problemas decorrentes da transferência de competências para as autarquias, nomeadamente:

- desigualdades entre municípios;
- diferentes práticas de gestão;
- dificuldades de articulação;
- perda de autonomia das escolas;
- atrasos nos procedimentos administrativos.

Importa defender uma clarificação objetiva das responsabilidades de cada entidade, garantindo coerência nacional e equidade territorial.

10. Saúde ocupacional e desgaste profissional

O documento poderia integrar referências mais explícitas à necessidade de proteção da saúde física e psicológica destes profissionais, muitos dos quais enfrentam situações de desgaste intenso, envelhecimento profissional e elevada exigência emocional, particularmente os AO e os técnicos especializados que trabalham em contextos de maior vulnerabilidade social.

11. Participação sindical e auscultação dos profissionais

Seria importante e desejável recomendar mecanismos regulares de participação das estruturas representativas dos trabalhadores na definição de políticas relativas aos OPE, garantindo processos de negociação e acompanhamento das medidas implementadas.

12. Reforço da dimensão pública da Escola

A FNE entende que a valorização dos OPE deve ser enquadrada numa estratégia mais ampla de reforço da Escola Pública, assegurando equipas multidisciplinares estáveis, qualificadas e devidamente financiadas pelo Estado, evitando soluções precárias, avulsas ou excessivamente dependentes de projetos temporários.

Porto, 22 de maio de 2026

Pedro Barreiros
Secretário-Geral da FNE

www.fne.pt

